

As Terras Que Tomaram

*Uma história do extermínio e da resistência dos povos
indígenas nas Américas*

JVA

2026

Nota ao leitor

Esta obra acompanha a ocupação das Américas do fim do século XV ao presente. Reúne episódios das regiões hoje chamadas América Latina, Estados Unidos e Canadá, sem tratar povos diferentes como uma única sociedade e sem transformar estimativas de mortes por epidemias em contagens de assassinatos diretos.

Seu tema é a ligação entre apropriação de terra, trabalho e recursos e a perda de vidas indígenas. Nem todos os responsáveis foram ricos; nem toda morte decorreu de um plano deliberado de matar. Governos, mercados, religiões e instituições escolares participaram de maneiras distintas. Cada capítulo identifica limites das fontes e permite ao leitor seguir as referências.

Sobrevivência e organização política indígena são parte central da narrativa. Nenhuma comunidade é retratada como simples vítima à espera da chegada de uma nação moderna.

Sumário

PARTE I A CONQUISTA DAS TERRAS

- Capítulo 1 Antes da terra vazia · 4
- Capítulo 2 Ilhas e tributos · 13
- Capítulo 3 México e mundos maias · 22
- Capítulo 4 O trabalho que alimentou o império · 31
- Capítulo 5 Repúblicas e a expansão do sul · 39
- Capítulo 6 Deportação borracha e Amazônia · 47
- Capítulo 7 O Brasil das obras e remoções · 56
- Capítulo 8 Guatemala Colômbia e crises atuais · 64

PARTE II ESTADOS UNIDOS E CANADÁ

- Capítulo 9 Nações antes das fronteiras · 75
- Capítulo 10 Tratados e colonização atlântica · 84
- Capítulo 11 Guerra missões e remoção · 92
- Capítulo 12 A conquista militar do século XIX · 101
- Capítulo 13 Búfalos ouro e Wounded Knee · 109
- Capítulo 14 Reservas escolas e tratados canadenses · 117
- Capítulo 15 Resistência Métis e escolas residenciais · 126
- Capítulo 16 Norte e repartição das terras · 134
- Capítulo 17 Cerimônias crianças e conservação · 142
- Capítulo 18 Mortos desaparecidos e água · 150

PARTE III MEMÓRIA E REPARAÇÃO

- Capítulo 19 Mulheres crianças e o Gran Chaco · 160
- Capítulo 20 Arquivo território e testemunho · 168
- Capítulo 21 Números futuro e reparação · 177
- Racismo e lucro no mesmo sistema · 185
- Epílogo · 190
- Referências e leitura crítica · 194

PARTE I A CONQUISTA DAS TERRAS

Capítulo 1 Antes da terra vazia

Antes de chamarem a terra de vazia

A história do extermínio começa antes da primeira espada. Começa com uma mentira sobre o lugar onde a espada pisaria. A América foi apresentada muitas vezes como extensão desabitada, selva sem dono ou território à espera de uma finalidade. Havia povos, cidades, caminhos, lavouras, alianças, conflitos, comércio e memória. Ninguém precisava chegar da Europa para inaugurar a história. Os recém-chegados encontraram sociedades que já transformavam os ambientes em que viviam e disputavam seu futuro em seus próprios termos.

As diferenças entre essas sociedades importam. Não existia “o indígena” como uma pessoa única, de língua única e costumes imutáveis. Havia comunidades caribenhas submetidas às primeiras experiências coloniais, sociedades mesoamericanas ligadas por tributo e rivalidades, populações andinas com estruturas imperiais e centenas de povos das terras baixas. Reduzir todos a uma massa silenciosa facilita repetir o apagamento que o livro quer denunciar. Os colonizadores também agiram de maneiras diversas. Reis, comerciantes, missionários, soldados, proprietários e funcionários públicos nem sempre concordavam

entre si; isso não impediu que suas decisões convergissem na ocupação da terra e do trabalho alheio.

O que hoje chamamos América Latina é uma categoria posterior à invasão. Serve aqui para delimitar principalmente as regiões colonizadas por Espanha e Portugal e seus Estados sucessores. Quando um estudo reúne dados de todas as Américas, incluindo o Norte, essa diferença será indicada. É decisiva para evitar que um número enorme produza uma afirmação falsa. O próprio passado já é grave o suficiente sem que se precise ampliá-lo por descuido.

A violência também não foi um único acontecimento encerrado no século XVI. Ela mudou de uniforme e de linguagem. A conquista abriu o caminho; as economias coloniais exigiram braços e terras; as repúblicas independentes expandiram fronteiras sobre territórios indígenas; empresas, exércitos e intermediários continuaram a disputar rios, minérios e florestas. As pessoas atacadas nunca deixaram de responder: negociaram, fugiram, guerrearam, reconstruíram aldeias, recorreram a tribunais e preservaram línguas. Sobrevivência não anula destruição; mostra que o projeto de apagamento encontrou resistência.

Há uma pergunta incômoda atravessando os séculos: quem transformou a perda de uma comunidade em ganho para outra pessoa? O ouro chegava a cofres e mercados; a terra tornava-se propriedade; o trabalho compulsório reduzia custos; a floresta virava mercadoria. Nem todos os

beneficiários eram brancos ricos e nem toda morte ocorreu porque um proprietário a ordenou. Mas estruturas de poder racializadas permitiram repetidamente que grupos com recursos se apropriassem do que comunidades indígenas possuíam. A cor, a riqueza e a autoridade variavam conforme o lugar e a época; a desigualdade na capacidade de mandar permaneceu reconhecível.

Contar essa história não é declarar que povos indígenas pertencem apenas ao passado. A CEPAL estimou aproximadamente 58 milhões de pessoas indígenas na América Latina em 2018 [2]. São contemporâneos, não vestígios. A pergunta histórica correta, portanto, não é apenas quantos morreram. É como a expropriação foi justificada, quem a combateu e por que as vidas de seus descendentes ainda precisam ser defendidas.

A catástrofe que cabe mal num número

Algumas páginas de história parecem concentrar o mundo inteiro em uma cifra. Um estudo publicado em 2019 reuniu estimativas populacionais anteriores a 1492 e calculou aproximadamente 60,5 milhões de habitantes indígenas nas Américas, com ampla margem de incerteza. Estimou uma queda de cerca de 90% ao longo do século seguinte e aproximadamente 56 milhões de mortes até 1600 [1]. A cifra diz respeito às Américas como um todo, não só à América Latina. É uma reconstrução acadêmica, não um

censo de cada aldeia e muito menos uma lista de homicídios comprovados.

Por que tantos morreram? Epidemias de doenças introduzidas pelas conexões transatlânticas tiveram papel decisivo. Varíola e outras infecções atingiram populações sem a mesma história de exposição. Mas explicar a catástrofe como “apenas doença” equivale a retirar do quadro os caminhos pelos quais uma doença se tornava devastadora. Guerras deslocavam famílias; trabalhos compulsórios enfraqueciam corpos; fome acompanhava o abandono forçado de cultivos; a fuga rompia redes de cuidado. Os agentes patogênicos não assinavam decretos de trabalho nem tomavam celeiros. Homens e instituições o faziam.

Também seria falso afirmar que cada europeu desembarcou com um plano explícito de eliminar toda a população. A história real é mais perturbadora: muitos queriam súditos, trabalhadores, aliados e contribuintes; criaram ou mantiveram condições nas quais um número gigantesco de pessoas morreu. A distinção entre intenção de matar e aceitação de mortes previsíveis não absolve ninguém. Ajuda a explicar as engrenagens que ligavam um privilégio obtido no continente a uma aldeia destruída longe dos olhos do beneficiário.

A estimativa demográfica varia conforme método, recorte regional e documentação disponível. Falar em “milhões” é historicamente defensável; atribuir um total exato a cada arma ou empresário não é. Não sabemos o

nome da maioria das vítimas. Tampouco conhecemos todos os lugares onde uma comunidade deixou de existir. A fragilidade do arquivo não mede o valor das vidas. Com frequência mede quanto os responsáveis se interessaram em registrar pagamentos e propriedades, mas não em conservar a memória daqueles que pagaram o preço.

O nome “catástrofe demográfica” parece asséptico. Nele cabem crianças órfãs, estradas sem viajantes e cidades cujo ritmo foi interrompido. Cabe uma língua que deixa de ser ensinada porque seus falantes foram dispersos. Uma população não é uma pilha de unidades intercambiáveis. Quando se destrói uma comunidade, desaparecem formas de cultivar, julgar, educar e lembrar. Nem tudo desaparece de uma vez; parte sobrevive transformada, às vezes escondida da autoridade que a perseguia.

O leitor pode desconfiar de quem usa uma cifra para resolver uma disputa moral. Deve desconfiar também de quem exige um número impossível de obter antes de admitir o massacre. As duas posições transformam incerteza em instrumento político. A investigação responsável admite seus limites, aponta as fontes e ainda assim nomeia a devastação. O que aconteceu no continente foi suficientemente amplo para aparecer tanto nos relatos humanos quanto nas marcas que deixou na paisagem [1].

Hispaniola a ilha que aprenderam a chamar de descoberta

A primeira grande experiência de colonização europeia nas Américas ocorreu em ilhas cujos habitantes possuíam nomes e histórias anteriores à chegada das caravelas. Hispaniola, nome colonial de uma ilha hoje dividida entre Haiti e República Dominicana, concentrou guerra, trabalho coercivo e epidemias em uma sequência devastadora. Um relato que começa pela “descoberta” organiza o tempo de modo a tornar secundário o que os Taíno já sabiam de seus campos, redes e autoridades.

Os colonizadores tinham metas materiais. Procuravam metais, tributos e abastecimento; exigiam trabalho para manter assentamentos. A população local não era um recurso inesgotável. Quando a mortalidade aumentava, o sistema podia responder buscando mais pessoas em outras áreas, alterando sua pressão em vez de revisar seus fundamentos. Essa decisão revela a forma pela qual o custo humano podia ser reconhecido e ainda assim ser tratado como problema de reposição.

Epidemias tiveram papel central, mas não agiram sobre sociedades intactas. Guerras e deslocamentos quebravam redes de alimentação; o trabalho imposto impedia que uma família mantivesse sua produção; pessoas afastadas de suas comunidades tinham menos proteção. É preciso evitar afirmações de intenção biológica universal que as fontes não

demonstram. Também é preciso recusar a absolvição segundo a qual toda a perda aconteceu fora do controle humano.

Las Casas escreveu sobre as ilhas com indignação. A força de seu testemunho não resolve disputas demográficas; seu valor reside em mostrar que, dentro do próprio mundo colonial, já havia quem reconhecesse abusos e discutisse responsabilidades [3]. Não se trata de impor ao passado uma sensibilidade que ninguém possuía. Muitos contemporâneos discordaram das políticas e viram seu resultado.

A palavra extinção foi usada tantas vezes a respeito dos Taíno que ganhou vida própria. Ela pode esconder descendentes, misturas e processos de reafirmação cultural. Reconhecer mudanças profundas depois da colonização não obriga ninguém a declarar que um povo desapareceu sem resto. A categoria conveniente ao proprietário não deve definir sozinha o que a história permite lembrar.

Hispaniola foi também um lugar de início para a exploração africana escravizada nas Américas. A história não exige competir sofrimentos. A substituição de uma mão de obra exaurida por outra submetida à violência indica que o problema era um regime capaz de converter seres humanos em custo de produção. Esse regime se transformou ao longo dos séculos, mas desde cedo mostrou quais vidas podiam ser gastas para sustentar riquezas alheias.